



## Incentivos Fiscais e a Responsabilidade Social Corporativa das Organizações

**SERGIO GOUVEIA SANTOS**

*Universidade Federal da Paraíba*

**LAURO VINICIO DE ALMEIDA LIMA**

*Universidade Federal da Paraíba*

**PAULO AMILTON MAIA LEITE FILHO**

*Universidade Federal da Paraíba*

**ROBÉRIO DANTAS DE FRANÇA**

*Universidade Federal da Paraíba*

### Resumo

Diante da exploração de recursos da sociedade, as organizações encontram na Responsabilidade Social Corporativa (RSC) um meio de buscar a legitimação da coletividade. Por outro lado, os incentivos fiscais são um instrumento do Governo para estimular essas companhias. Neste panorama, a presente pesquisa objetivou investigar o efeito desses incentivos fiscais sob as práticas de RSC, partindo da premissa que as entidades buscariam melhores práticas diante da legitimidade para utilização desse benefício. Para isso, utilizou-se as empresas brasileiras não financeiras de capital aberto avaliadas em medidas de ESG (*enviromental, social and governance*) pela Thomson Reuters Eikon, no período de 2016 a 2020, aplicando os procedimentos econométricos de dados em painel curto de efeitos fixos e aleatórios e uma regressão quantílica por meio da técnica de *bootstrap*. Assim, evidenciou-se que o incentivo fiscal possui impacto positivo na dimensão ambiental de melhores práticas de RSC e negativo na dimensão de governança, depreendendo-se que o público alcançado nessa perspectiva não figura como agente legitimador para fins de incentivos fiscais, admitindo níveis de significância de 5% e 10%, respectivamente. E, ainda, identificou-se que os incentivos fiscais têm efeitos significantes nas empresas com os melhores desempenhos nos indicadores ESG em todas as dimensões. Além disso, identificou-se que empresas maiores tendem a ter melhores práticas socialmente responsáveis em todos os enfoques de análise, enquanto a intensidade de gastos com pessoal reflete negativamente nas práticas de RSC na dimensão global.

**Palavras-chave:** Incentivos Fiscais, Responsabilidade Social Corporativa, ESG.

### 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das organizações, atrelado à globalização, afetou a competição entre as companhias impondo a busca pelo destaque das empresas no mercado, especialmente no que compete à melhoria da administração corporativa pela adoção de novos processos de gestão (Bertoncello & Júnior, 2007). Tal necessidade está diretamente associada às exigências cada vez maiores dos atores (*stakeholders*) que possuem interesses nas entidades e, portanto, exercem o acompanhamento dos negócios.

Esse interesse e, conseqüentemente, as interações entre os indivíduos, são causas observadas no estabelecimento das relações por contratos sociais, cujo preceito é amparado pela Teoria Contratual da Firma. Desse modo, surgem vínculos, através de contratos tácitos ou explícitos prevendo direitos e obrigações, entre as companhias e os demais usuários do



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

processo, como acionistas, governo, empregados, a comunidade na qual a organização está inserida, entre outros agentes.

À medida que essas relações foram se formando, evidenciou-se determinadas posturas que se tornaram exigidas pelo mercado nas empresas. Esta postura foge do caráter meramente econômico e estão alinhadas às expectativas dos *stakeholders*. Bertoncetto & Júnior (2007) observaram que, na década de 70, pautas sociais integraram as discussões organizacionais ao passo que o público esperava que as organizações pudessem contribuir em temas como a pobreza e a preocupação com a preservação ambiental.

Devido a isso, descende o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), cujo arcabouço norteia a integração da adoção de práticas socialmente responsáveis e sustentáveis nas responsabilidades das organizações. Para Carroll (1979), essa concepção pode ser visualizada por meio de quatro dimensões, caracterizadas como responsabilidade econômica, ética, legal e discricionária. Esta, representa a associação das entidades em atividades voluntárias de cunho social.

Por mais que a responsabilidade econômica, que compreende a oferta de bens e serviços ao público seja vista como a unidade principal para uma organização, conforme preconiza Carroll (1979), as normas sociais e legais, subordinadas ao entendimento do que é certo ou ético, exigem que as companhias adotem outras condutas que resultem em retorno ao ambiente no qual participam, resultado de imposições ou requisitos do poder público ou das convenções sociais.

Não obstante, Davis (1967) pontuou que o avanço das práticas de RSC surgem da observação da função social das organizações. De modo que as ações dessas empresas, reforçado por Bertoncetto & Júnior (2007), estivessem além da finalidade de geração de riqueza aos acionistas pela maximização do lucro, porquanto as entidades afetassem todo o sistema social, e não apenas os interesses de seus proprietários.

Ademais, Schroeder & Schroeder (2004) estabelecem que a adoção de práticas socialmente responsáveis pela firma é impulsionada pela utilização de recursos da sociedade, que variam desde o emprego de mão de obra da comunidade e exploração dos meios ecossistêmicos ao recebimento de benefícios fiscais. Em virtude disso, manifesta-se a necessidade das organizações em buscar a legitimação desses públicos.

Logo, a legitimidade pelas práticas de RSC, que pode sofrer com a mudança da sociedade segundo Bertoncetto & Júnior (2007), é um processo no qual as organizações almejam o assentimento da sociedade, tendo em vista que, conforme corrobora a literatura, a premissa de continuidade da empresa depende da sua aprovação pelo público, bem como a aceitação da sua produção. Desse modo, companhias com melhores práticas de RSC adotam ações de impactos sociais voltadas à comunidade.

Ainda sobre os benefícios fiscais, os incentivos fiscais representam um gasto tributário, onde o Estado abdica de uma parcela da exação tributária pela sua redução. Por consequência, os cofres públicos deixam de arrecadar recursos que seriam utilizados pelo Estado para a prestação de serviços públicos à sociedade, como saúde, educação, ações assistenciais, entre outros financiados pela percepção de meios financeiros pelo poder público.

A fim de que haja uma justificativa para a concessão dos incentivos fiscais, que representam renúncia de receita pelo Estado, Assunção (2011) e Cavalcante (2018) reforçam que o poder público deve observar o alinhamento dessa regalia às políticas públicas do governo e os objetivos extrafiscais, que superem a tributação, como de ordem social. Além de exigir que as companhias beneficiadas preencham os requisitos estabelecidos em lei e sejam capazes de gerar retornos à sociedade, seja com a geração de empregos, ou desenvolvimento econômico local.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Entretanto, as contrapartidas das organizações nem sempre coincidem com exigências regulamentadas ou disciplinadas nas legislações, como a empregabilidade mínima de um quantitativo de indivíduos, restando a expectativa voluntária de que exista um objetivo maior de interesse público, que implique na utilidade da concessão dos incentivos fiscais, que são oferecidos como medida para estímulo de grupos ou setores estabelecidos, que extrapolam o caráter fiscal finalístico do tributo.

Diante disso, percebe-se que os incentivos fiscais representam recursos que deixam de ser convertidos em serviços públicos para beneficiamento das organizações, e que estas, ao utilizarem determinados recursos da comunidade, buscam alcançar uma legitimidade através de posturas socialmente responsáveis (Schroeder & Schroeder, 2004), ensejando no seguinte problema de pesquisa: **qual é o efeito dos incentivos fiscais nas práticas de responsabilidade social corporativa das companhias brasileiras de capital aberto?**

Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar o efeito que o recebimento de incentivos fiscais tem sob a adoção de práticas de responsabilidade social corporativa das companhias brasileiras listadas na [B]<sup>3</sup> – Brasil, Bolsa e Balcão, no período de 2016 a 2020, utilizando a técnica econométrica de dados em painel para observação, com o intuito de identificar se as organizações buscam a legitimidade pela utilização dos benefícios através de melhores práticas de RSC.

Desse modo, a presente pesquisa busca contribuir com adoção de um novo parâmetro para a avaliação da eficiência da concessão de incentivos fiscais pelo poder público, em detrimento do recolhimento da exação tributária para a máquina pública, além de identificar um possível fator determinante para que as organizações adotem melhores práticas socialmente responsáveis, direcionadas à legitimação frente aos *stakeholders*.

Ainda, observa-se a grande relevância da temática, cuja discussão iniciou-se principalmente através da cobrança dos usuários interessados para que as organizações se envolvessem em pautas sociais, e continua em destaque, sendo as ações cada vez mais integradas nas organizações, principalmente em função da evidenciação dessa agenda nas grandes corporações e nos meios midiáticos, diante do avanço de determinados pontos, como a sustentabilidade e a preservação dos recursos ambientais.

Além disso, esta pesquisa traz uma inovação ao avançar a discussão sobre um possível fator determinante para a RSC, tendo em vista o caráter incipiente sobre como os incentivos fiscais podem impactar quantitativamente as práticas de responsabilidade social. Entende-se a importância de tal debate, uma vez que para estimular as organizações por meio dos incentivos fiscais, o governo deixa de arrecadar recursos que poderiam ser direcionados a outras atividades para a sociedade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Responsabilidade Social Corporativa e a Legitimidade

As organizações são sistemas que possuem relações endógenas e exógenas com outros indivíduos. Entre esses diversos organismos, surgem conexões pelo interesse sobre os negócios desenvolvidos por essas empresas. Acerca disso, Bertonecello & Júnior (2007), assim como defendido pela Teoria Contratual da Firma, preveem que as relações são estabelecidas através de contratos sociais.

Esses acordos, tácitos ou explícitos, são necessários para que haja uma noção das responsabilidades das companhias frente às expectativas geradas pelos usuários, diante da Teoria dos *Stakeholders*. E, em virtude disso, Bertonecello & Júnior (2007) reforçam que através



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

desses instrumentos ocorre o processo de legitimação da comunidade para as organizações, que não são inertes no tempo, mas sofrem o efeito das mudanças na sociedade.

Segundo Lewis (2003), por sua vez, o crescente interesse e envolvimento dos *stakeholders* nas ações corporativas deve ser visto como um benefício, pois traz uma vantagem na competitividade das organizações, mas também abre um espaço para criar novas conexões e proximidade com o público, tratando sobre uma cooperação de responsabilidades para os problemas sociais.

Carroll (1979) categorizou o conceito de responsabilidade social observando-a em 4 perspectivas: responsabilidade econômica, ética, legal e discricionária. Enquanto a econômica é considerada o fundamento da organização, na sua oferta de bens e serviços ao público, a responsabilidade discricionária, por não ter uma definição inteligível, não decorrendo de quaisquer exigências ou normatizações, representa o envolvimento voluntário da empresa em outras causas sociais.

Nesse sentido, a intenção em ser legitimada pelo público visa garantir a sustentabilidade da empresa no mercado, de modo que a sua continuidade depende do consumo dos seus produtos ou serviços. De modo a não perder o objetivo econômico, mas garanti-lo pela boa aceitação da organização pela sociedade, Freguete et al. (2015) concordam que assumir uma postura de comprometimento com a RSC funciona como uma estratégia competitiva.

Davis (1967) valida que a responsabilidade social corporativa apresenta um grande avanço ao reconhecer o impacto que as condutas empresariais causam em toda a estrutura social. Dessa forma, evita-se que ações da organização que impactem o ambiente, a exemplo, não sejam vistas como uma preocupação apenas do poder público, mas da própria entidade em buscar a reparação desses problemas.

Ainda nessa direção, Schroeder & Schroeder (2004) asseveram que a adoção de uma postura socialmente responsável funciona como um mecanismo de retorno das entidades para o público, em razão da utilização dos recursos explorados na consecução dos seus objetivos. Desse modo, o uso da força de trabalho, o espaço geográfico ocupado, com consequentes riscos de danos ao meio ambiente, os benefícios fiscais recebidos, são algumas das causas que as forcem ao envolvimento em práticas de RSC.

Além disso, não basta adotar as práticas, mas garantir a visibilidade de tais ações ao público em geral. Dessa forma, Baraibar-Diez & Sotorrió (2018) alegam que a efetivação das práticas de responsabilidade social corporativa se dá por meio da divulgação das ações aos interessados, através de instrumentos de transparência, como relatórios sociais com essa finalidade.

Irigaray et al. (2017), ao investigarem as cem maiores empresas brasileiras em valor de mercado da bolsa de valores, observaram que as companhias possuíam amplitudes diversas de divulgação sobre as ações de RSC nos seus relatórios, variando de grau baixo a alto, e voltam-se conforme a prática de ações destinadas aos públicos interno, externo ou ambos. Ainda, nesse entremeio, percebe-se a escolha do público-alvo na direção para a qual as organizações buscam a legitimação.

Visto que a relevância da temática revela uma preocupação resultante do avanço das organizações, Soares (2004) reforça a presença assídua da RSC no *board* das companhias nos últimos tempos. Para a autora, as ações variam desde cooperações com outras entidades com fins socioassistenciais até a própria conscientização dos seus colaboradores sobre procedimentos mais adequados, tratando-se de responsabilidade social.

Embora a discussão tenha ganhado mais destaque recentemente, Bertoncetto & Júnior (2007, p. 71) resgatam o impulsionamento na década de 1970 para direcionar os esforços em pautas como “pobreza, desemprego, diversidade, desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, poluição, entre outros”. Diante disso, pode-se inferir que tais questões



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

ganharam mais força com a visibilidade midiática desses problemas humanitários, como resultado do processo de globalização.

Assim, para além da preocupação da transparência das informações, Carroll (1979) salienta que a responsabilidade social corporativa deve ser avaliada levando em consideração a identificação das pautas sociais e a postura ou direção que as companhias adotam para abordá-las. É através desse princípio que se observa o grande desenvolvimento e presença dessa discussão, dados os avanços sociais e econômicos no mundo em geral.

## 2.2 Incentivos Fiscais e Hipótese de Pesquisa

A necessidade de viver em coletividade levou à organização do Estado, que figura como um órgão central e maior, cujos poderes e prerrogativas vão além dos interesses individuais, para a realização de objetivos de relevância comum. A partir desse modelo, surge a tributação dos particulares pelo poder público, como meio de arrecadação de recursos para a manutenção das suas próprias atividades.

Através dessa relação entre Estado e particulares, Lacombe (1969) atribui a adoção de políticas fiscais nas relações comerciais, que culminaram na intervenção para incentivo ou desestímulo das atividades de exportação. Devido à importância dos tributos nessas transações, o Estado encontra um meio de controlar determinados setores em consonância com os seus objetivos econômicos e sociais.

Para o autor, no entanto, corroborando com a ênfase realizada por Cavalcante (2018) sobre a necessidade de mínima intervenção econômica do tributo preconizada pela teoria, não há que se falar em caráter intervencionista quando se trata de incentivos fiscais. Esse é, na verdade, uma forma de dirigismo econômico, ao direcionar tais medidas para o alinhamento das políticas de governo, quanto ao estímulo a determinados setores ou áreas sociais.

Neste ponto, entende-se incentivos fiscais como a parcela que o Estado deixa de arrecadar através dos seus tributos, tendo em vista que a exação não supera as finalidades sociais, sendo, portanto, visto como um instituto extrafiscal, que busca atender o objetivo do poder público em estimular atividades ou grupos de empresas cuja contrapartida do beneficiamento reverte-se para a sociedade (Assunção, 2011; Cavalcante, 2018).

Dessa forma, Andrade & Bonetti (2017) relatam a preocupação do Estado em garantir o desenvolvimento econômico de determinadas regiões, de modo a tornar atrativo para a instalação de empresas, através da instituição de incentivos fiscais. No Brasil, tal fato constitui uma finalidade constitucional, amparada no artigo 43, §2º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Nesse sentido, Mast (2020) evidencia como os incentivos fiscais se comportam como meios condutores para a atração de empresas e gera competitividade entre governos locais. No Brasil, conforme enfatiza Andrade & Bonetti (2017), essa competição gera a chamada guerra fiscal, vista como algo maléfico e regulamentada através da própria legislação tributária, a fim de evitar um descontrole na arrecadação de determinados entes federados.

Em contrapartida, na economia norte-americana, como observado na pesquisa realizada por Mast (2020), percebe-se o contraste entre as culturas de um país desenvolvido e o Brasil. Nos Estados Unidos da América, é comum a instalação de agências que visam unicamente ao desenvolvimento local através da concessão de incentivos fiscais sobre a propriedade para garantir a instalação de empresas nessas cidades.

Holmes (1995) pondera que essa política de atração de empresas pela concessão de incentivos fiscais ainda apresenta uma discussão controversa, sendo criticada por parte da literatura. No entanto, o autor consegue evidenciar que essa ação tem benefícios revertidos em bem-estar para a comunidade, conseguindo aumentar a arrecadação sobre outras operações. De



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

sorte que empresas que gozam de benefícios sobre propriedade, levam produção e geração de empregos, ensejando na tributação sobre consumo ou renda.

Além do desenvolvimento regional, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) prevê outras finalidades que devem ser asseguradas pelo poder público utilizando-se da concessão de incentivos fiscais, como o incentivo à cultura, ao esporte e à inovação tecnológica. Dessas modalidades, infere-se que o poder constituinte garantiu que o Estado tivesse a preocupação com áreas de importância para o desenvolvimento social.

Ainda, Efobi et al. (2017) salientam que, ressalvadas as decisões internas da administração da entidade sobre a forma de aplicação e utilização dos recursos, os incentivos fiscais podem figurar como impulsionadores da produtividade das organizações, de encontro à imprescindibilidade da atuação do governo na economia para garantir o desenvolvimento do mercado, através de estímulos às empresas.

Ademais, Cavalcante (2018) ressalta a importância do alinhamento dessas concessões com as políticas de governo e a necessidade de se realizar uma implacável análise de viabilidade, com o intuito de evitar um desequilíbrio orçamentário. Caso não haja essa atenção, os benefícios que seriam alcançados com os incentivos fiscais dão lugar a prejuízos à economia nacional, podendo ocasionar períodos de recessão.

Não obstante, deve-se ressaltar também que as concessões devem estar alinhadas a determinados objetivos extrafiscais (Assunção, 2011). Desse modo, espera-se dos beneficiados uma espécie de compensação, pelo privilégio de deixar de arrecadar o montante outrora devido aos cofres públicos. Essas contrapartidas podem variar desde investimentos em regiões específicas a geração de empregos, ou condutas ambientalmente sustentáveis (Cavalcante, 2018).

Assim, Schroeder & Schroeder (2004) revigoram que em virtude do beneficiamento por incentivos fiscais, as organizações adotam uma conduta de responsabilidade social corporativa, buscando uma legitimação diante do público ou do próprio governo, tendo em vista a utilização dos recursos advindos desses incentivos. Diante disso, amparando-se nos pressupostos da Teoria da Legitimidade, formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H<sub>1</sub>: a utilização de incentivos fiscais está positivamente associada a melhores práticas de responsabilidade social corporativa nas organizações.**

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo da pesquisa abrangeu as empresas brasileiras com operações na Brasil, Bolsa e Balcão – [B]<sup>3</sup>, excetuando-se as instituições financeiras, cuja atividade afeta, entre outras coisas, particularidades na estruturação das demonstrações contábeis. Ademais, foram retiradas da amostra aquelas empresas que não apresentaram os indicadores de *Environmental, Social and Governance* (ESG) para investigar a relação proposta, resultando em 65 empresas, distribuídas nos setores econômicos evidenciados no quadro 1.

**Quadro 1 – Distribuição da amostra por setor econômico**

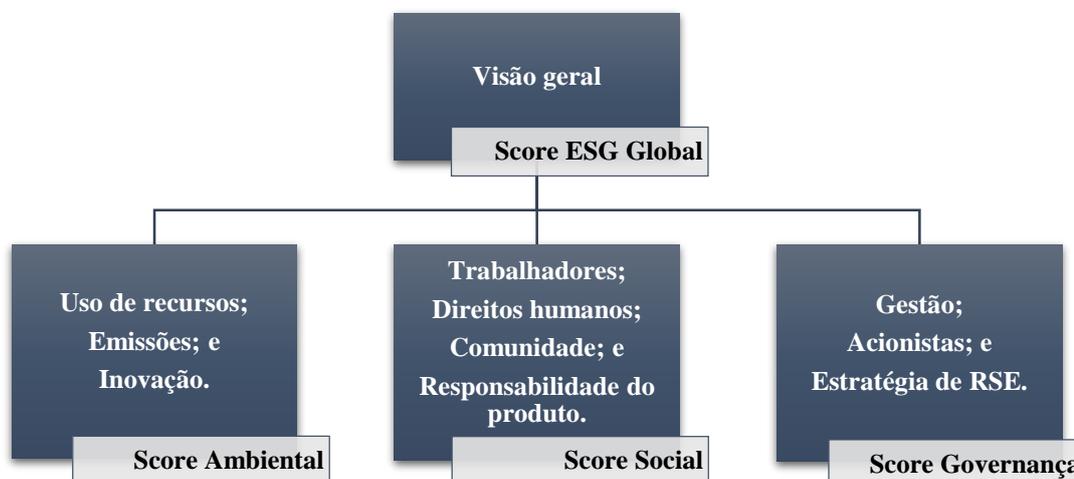
| Setores de Atividade Econômica     | Número de Empresas | Participação (%) |
|------------------------------------|--------------------|------------------|
| Bens Industriais                   | 09                 | 13,85            |
| Construção Civil                   | 08                 | 12,31            |
| Consumo Cíclico                    | 05                 | 7,69             |
| Consumo Não Cíclico                | 07                 | 10,77            |
| Materiais Básicos                  | 10                 | 15,38            |
| Saúde                              | 03                 | 4,62             |
| Serviços Acadêmicos e Educacionais | 02                 | 3,08             |
| Tecnologia                         | 03                 | 4,62             |
| Utilidade Pública e Energia        | 18                 | 27,68            |
| <b>Total</b>                       | <b>65</b>          | <b>100,00</b>    |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Quanto ao período delimitado, adotou-se o intervalo de 2016 a 2020, com o intuito de avaliar o possível efeito do tempo na relação entre as variáveis na análise de dados em painel, gerando 325 observações. Já para a coleta das informações, utilizou-se a base de dados *Thomson Reuters Eikon*<sup>®</sup>, inclusive a sua classificação setorial, para as variáveis de ESG, e o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, divulgadas no sítio eletrônico da [B]<sup>3</sup> para as demais informações, apresentadas nas descrições das variáveis.

Objetivando investigar a relação da responsabilidade social corporativa, utilizou-se como *proxies* os *scores* de ESG da *Thomson Reuters Eikon*<sup>®</sup>, que avaliam o desempenho das entidades nas temáticas relacionadas às ações de RSC de acordo com a metodologia de observação das práticas de questões classificadas em 4 dimensões, conforme exemplificado na figura 1.

**Figura 1 – Temas avaliados nos scores de ESG da Thomson Reuters Eikon<sup>®</sup>**



FONTE: Adaptado de Thomson Reuters Eikon (2017).

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Percebe-se que os temas abordados na figura acima, contendo as variáveis dependentes, estão diretamente relacionadas a pautas sociais, ambientais e de governança que estão direcionadas a ações socialmente responsáveis. Tal indicador é constituído através da observação de práticas previamente definidas, subdivididas dentro das temáticas, e varia de 0,0 (D-), para empresas com as piores práticas, a 100,0 (A+), para as empresas com as melhores práticas, como o compromisso com as reduções de emissões de gases poluentes, o respeito às normas que ditam sobre direitos humanos, entre outros, descritos no quadro 2 juntamente com as outras variáveis.

**Quadro 2 – Descrição das variáveis de pesquisa**

| Variável            | Tipo         | Função   | Proxy  |
|---------------------|--------------|--|--|
| ScoreESG Global     | Dependente   | Medir o desempenho da entidade em práticas de RSC no sentido geral, englobando os três pilares de análise. | Indicador <i>Score ESG</i> da <i>Thomson Reuters Eikon</i> ®, variando de 0,00 a 100,00.   |
| ScoreESG Ambiental  |              | Medir o desempenho da entidade em práticas de RSC no pilar de meio ambiente.                               | Indicador <i>Score ESG Pillar Enviromental</i> da <i>Thomson Reuters Eikon</i> ®, variando de 0,00 a 100,00.   |
| ScoreESG Social     |              | Medir o desempenho da entidade em práticas de RSC no pilar social.   | Indicador <i>Score ESG Pillar Social</i> da <i>Thomson Reuters Eikon</i> ®, variando de 0,00 a 100,00.   |
| ScoreESG Governança |              | Medir o desempenho da entidade em práticas de RSC no pilar de governança.                                  | Indicador <i>Score ESG Pillar Governance</i> da <i>Thomson Reuters Eikon</i> ®, variando de 0,00 a 100,00.   |
| IncentivosFiscais   | Independente | Avaliar o efeito da utilização de incentivos fiscais pelas companhias nas práticas de RSC.                 | Variável <i>dummy</i> que assume valor 1,0 quando as entidades divulgam os incentivos fiscais em Notas Explicativas, e 0,0 quando não há divulgação. |
| CargaTributária     | Controle     | Avaliar o efeito da carga tributária suportada pelas empresas nas práticas de RSC.                         | Carga Tributária = Tributos da DVA/Receita   |
| Tamanho             |              | Avaliar o efeito do tamanho das entidades nas práticas de RSC.   | Logaritmo natural do Ativo Total.  |
| PCTOneroso          |              | Avaliar o efeito da presença de capital de terceiros oneroso nas entidades nas práticas de RSC.            | PCTOneroso = Empréstimos e Financiamentos (CP/LP)/Ativo Total  |
| IntensidadePessoal  |              | Avaliar o efeito do gasto com pessoal nas práticas de RSC das companhias.                                  | IntensidadePessoal = Gastos com Pessoal da DVA/Valor Adicionado a Distribuir   |

FONTE: Elaboração própria (2022).

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa é investigar o efeito dos incentivos fiscais sobre a RSC, adotou-se como variável independente a presença de incentivos fiscais (**Incentivos Fiscais**) através das divulgações em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (NE) de informações sobre a utilização ou não desses incentivos, uma vez que não há evidenciação sobre os valores efetivamente beneficiados com as reduções do montante devido nas obrigações tributárias.

Além disso, ressalta-se que para construir a variável, foi precedida uma leitura minuciosa das informações disponíveis em NE, porquanto algumas empresas realizam uma confusão na diferenciação entre benefícios e incentivos fiscais, sendo este uma espécie daquele, e resulta primordialmente da redução do montante tributário (*quantum debeatur*). Faz-se necessário ainda uma ressalva sobre a possibilidade das empresas não estarem divulgando a utilização de incentivos, mesmo recebendo as concessões.

Por outro lado, sendo a responsabilidade social corporativa uma função do acompanhamento dos *stakeholders*, optou-se por controlar o modelo com variáveis contábeis que permitissem avaliar a presença de outros atores que pudessem pressionar as entidades a adotarem melhores práticas de RSC, como o próprio governo (**Carga Tributária**), os credores (**PCTOneroso**) e os empregados (**Intensidade Pessoal**). Ademais, optou-se por controlar também o modelo a partir do tamanho das entidades (**Tamanho**), assumindo que empresas maiores teriam melhores práticas (Monteiro & Aibar-Guzmán, 2010).

Quanto ao modelo econométrico, adotou-se o exposto na equação 1, utilizando a técnica de dados em painel curto que permite, entre outros pontos, avaliar a variação do indivíduo no tempo ou entre os indivíduos. Ainda, foram realizadas as estatísticas descritivas, alinhadas ao teste de correlação de Pearson entre as variáveis, que variam para cada organização *i* no período *t*.

$$RSC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 IncentivosFiscais_{i,t} + \beta_2 CargaTributária_{i,t} + \beta_3 Tamanho_{i,t} + \beta_4 PCTOneroso_{i,t} + \beta_5 IntensidadePessoal_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

(Equação 1)

A variável RSC foi substituída pelas variáveis dependentes do quadro 2 (**ScoreESG Global**, **ScoreESG Ambiental**, **ScoreESG Social** e **ScoreESG Governança**), a fim de analisar os efeitos na visão geral, assim como em cada um dos pilares, para aumentar a capacidade de análise, resultando em 4 regressões. Além disso, para a escolha do modelo mais adequado, foram realizados os testes de F de Chow, Hausman e Breusch and Pagan LM, direcionando para os modelos descritos na apresentação dos resultados.

Ainda, em virtude da pequena quantidade de empresas que dispuseram de todos os dados necessários para a análise, limitando-se a 325 observações, adotou-se um modelo regressivo alternativo, através da geração de reamostragens, pela técnica de *bootstrap* para regressão quantílica, aumentando a amostra para 4.000 observações, com o intuito de simular o comportamento das variáveis para um quantitativo maior de dados, tendo em vista a tendência de popularização da adoção de práticas de RSC nas organizações.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, foram realizadas as estatísticas descritivas das variáveis, evidenciadas na tabela 1.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

**Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis**

| Variável           | Média | Desvio padrão | Mín.   | P25   | P50   | P75   | Máx.  |
|--------------------|-------|---------------|--------|-------|-------|-------|-------|
| ScoreESG Global    | 52,04 | 20,63         | 5,21   | 38,97 | 56,32 | 67,81 | 90,35 |
| ScoreAmbiental     | 47,54 | 26,70         | 0,00   | 26,67 | 53,38 | 67,84 | 94,30 |
| ScoreSocial        | 53,80 | 23,36         | 0,54   | 38,14 | 56,40 | 71,83 | 94,73 |
| ScoreGovernança    | 54,40 | 20,55         | 8,39   | 39,95 | 56,08 | 70,68 | 92,64 |
| IncentivosFiscais  | 0,57  | 0,49          | 0,00   | 0,00  | 1,00  | 1,00  | 1,00  |
| CargaTributária    | 0,15  | 0,24          | (0,16) | 0,05  | 0,09  | 0,17  | 2,62  |
| Tamanho            | 16,74 | 1,33          | 11,72  | 16,08 | 16,77 | 17,56 | 20,71 |
| PCTOneroso         | 0,37  | 0,29          | 0,00   | 0,24  | 0,34  | 0,48  | 3,84  |
| IntensidadePessoal | 0,22  | 0,42          | (3,71) | 0,10  | 0,23  | 0,39  | 1,89  |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Em relação às variáveis dependentes de RSC, observa-se um alto desvio padrão, que indica uma grande variabilidade dos indicadores entre as empresas da amostra. No entanto, a mediana apresentada no percentil 50 (P50) mostra que cerca de metade das empresas apresentam um *score* acima de 50,0%. Não obstante, nenhuma entidade apresentou a pontuação máxima de 100,00 pontos, sendo o maior valor de 94,73 no pilar social, seguido do pilar de governança, geral e, por último, o pilar ambiental, sendo este a única dimensão que apresentou entidade com um indicador de 0,00 pontos.

Quanto aos incentivos fiscais, cerca de 56,62% da amostra também apresentou nas suas divulgações em notas explicativas que recebiam incentivos fiscais, melhor evidenciados na tabela 2. Ressalta-se que esses incentivos podem ser concedidos por todos os entes políticos no âmbito da sua competência tributária, seja União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

**Tabela 2 – Frequência da presença de incentivos fiscais nas notas explicativas**

| Incentivos Fiscais | Frequência | Percentual | Frequência acumulada |
|--------------------|------------|------------|----------------------|
| 0                  | 141        | 43,38%     | 43,38%               |
| 1                  | 184        | 56,62%     | 100,0%               |
| Total              | 325        | 100,0%     |                      |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Com o resultado acima, é possível visualizar que durante cerca de metade das observações foi identificada a presença de incentivos fiscais, o que permite comparar o efeito desse acontecimento na relação pretendida. Pontua-se, ainda, que os incentivos variam nas suas finalidades, desde programas de desenvolvimento industrial e regional, a incentivos à cultura, ao esporte, à inovação tecnológica e, também, os denominados incentivos ambientais, que estimulam empresas a adotarem medidas de preservação ao meio ambiente e recursos naturais.

Retornando à tabela 1, observa-se também que por volta de 50% da amostra possui uma carga tributária abaixo de 9% em relação ao total de receitas, o que demonstra ser baixa, tendo em vista que tal montante compreende o total de impostos, taxas e contribuições nas três esferas de governo. Além disso, há também uma mediana que aponta que cerca de 34% do ativo dessas entidades é financiado com capital oneroso de terceiros, e 23% do valor adicionado a distribuir é utilizado para gastos com pessoal, que compreende a remuneração direta e encargos sociais.

A seguir, são analisados os resultados das correlações na tabela 3 e das regressões em dados em painel, subdivididos por seções, iniciando-se pela variável global de ESG, e seguindo por cada um dos pilares (ambiental, social e de governança).

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

**Tabela 3 – Correlação de Pearson das variáveis**

|              | ScoreESG  | Score Soc. | Score Gov. | Score Amb. | Inc. Fiscais | Carga Trib. | Tamanho   | PCT On. | Int. Pes. |
|--------------|-----------|------------|------------|------------|--------------|-------------|-----------|---------|-----------|
| ScoreESG     | 1         |            |            |            |              |             |           |         |           |
| ScoreSoc.    | 0,915*    | 1          |            |            |              |             |           |         |           |
| ScoreGov.    | 0,681*    | 0,477*     | 1          |            |              |             |           |         |           |
| ScoreAmb.    | 0,889*    | 0,775*     | 0,389*     | 1          |              |             |           |         |           |
| Inc.Fiscais  | 0,365*    | 0,293*     | 0,317*     | 0,314*     | 1            |             |           |         |           |
| Carga Trib.  | (0,121)** | (0,080)    | (0,125)**  | (0,117)**  | (0,029)      | 1           |           |         |           |
| Tamanho      | 0,573*    | 0,597*     | 0,205*     | 0,587*     | 0,334*       | -0,204*     | 1         |         |           |
| PCT Oneroso  | (0,030)   | (0,020)    | (0,028)    | (0,015)    | (0,079)      | 0,176**     | (0,130)** | 1       |           |
| Int. Pessoal | 0,075     | 0,008      | 0,046      | 0,119**    | 0,090        | (0,066)     | 0,023     | 0,006   | 1         |

Nota: \*, \*\*, \*\*\* correspondem ao nível de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

FONTE: Elaboração própria (2022).

Os resultados não apresentam relações fortemente positivas ou negativas com a variável dependente. Entretanto, demonstra-se uma relação positiva dos incentivos fiscais (0,365) e do tamanho das entidades (0,573) com as práticas de responsabilidade social corporativa representadas pelo ScoreESG Global, ao nível de significância de 1%, e negativa com a carga tributária, ao nível de 5%.

Ainda, a correlação indica uma associação positiva entre as variáveis de incentivos fiscais e tamanho com o ScoreESG Social, ao nível de significância de 1%, sendo em relação aos incentivos o menor em comparação ao *score* global, ambiental e de governança. Apesar desse pilar tratar de ações voltadas aos trabalhadores, percebe-se que não há significância na relação do indicador com os gastos realizados com os colaboradores e os encargos sociais.

Nota-se que a correlação indica uma associação positiva entre as variáveis de incentivos fiscais e tamanho com o ScoreESG Governança, com nível de significância de 1%. Ainda, percebe-se um indicador menor na correlação entre tamanho e a medida de RSC, em comparação com as demais variáveis dependentes.

Por fim, assim como o ScoreESG Global, no pilar ambiental há uma relação maior positiva com as variáveis de incentivos fiscais (0,314) e tamanho das organizações (0,587), ao nível de significância de 1%. No mesmo sentido, há relação positiva com a variável de intensidade de pessoal e negativa com a variável de carga tributária, considerando o nível de significância de 5%.

Salienta-se que alguns tipos de incentivos fiscais, concedidos principalmente no âmbito dos Estados e Distrito Federal, que atingem impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), estimulam estratégias mais sustentáveis das companhias, como o uso de veículos e a aquisição de recursos ecossustentáveis, o que torna relevante essa análise.

#### 4.1 Análise da Variável ScoreESG Global

A variável **ScoreESG Global** representa a média global dos indicadores obtidos nos três pilares que são analisados, dentro de suas temáticas. Quanto ao modelo regressivo, adotando os testes F de Chow, Hausman e Breusch and Pagan LM, identificou-se que o modelo de efeitos aleatórios era o mais adequado para a aplicação de dados em painel. No entanto, os

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

testes indicaram existência de heterocedasticidade, optando-se assim por gerar o modelo no formato robusto para sanar a falta de homoscedasticidade. A tabela 4 apresenta os resultados obtidos com a regressão.

**Tabela 4 – Regressão do modelo com o ScoreESG Global como variável dependente**

| ScoreESG Global   | Coefficiente | Erro padrão robusto | z     | p-valor (z) |
|---|--------------|---------------------|-------|-------------|
| IncentivosFiscais   | 0,983        | 2,154               | 0,46  | 0,648       |
| CargaTributária   | 0,315        | 0,421               | 0,75  | 0,454       |
| Tamanho   | 8,592        | 1,000               | 8,59  | 0,000       |
| PCTOneroso  | -0,337       | 1,092               | -0,31 | 0,757       |
| IntensidadePessoal  | -0,946       | 0,524               | -1,80 | 0,071       |
| _cons   | -92,064      | 16,714              | -5,51 | 0,000       |
| within = 0,1118    between = 0,3540    overall = 0,3334    Wald chi2 = 113,83    Prob>Chi2 = 0,0000 |              |                     |       |             |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Considerando um nível de significância de 10%, apenas as variáveis **Tamanho** e **IntensidadePessoal** apresentaram um resultado significativo, com coeficientes de 8,592 e -0,946, respectivamente, indicando que empresas maiores tendem a ter melhores práticas de responsabilidade social corporativa, adotando a medida global, enquanto companhias com maiores gastos com pessoal tendem a ter um impacto negativo nas práticas de RSC. Ainda, observa-se que há uma maior variação entre as entidades em comparação com a variação das entidades no tempo, conforme se observa no *between* de 35,40%.

De modo alternativo, foi realizada uma regressão quantílica através da técnica de *bootstrap* para a criação de reamostragens, resultando em 4.000 observações. Na tabela 5 seguem os resultados.

**Tabela 5 – Regressão quantílica por *bootstrap* no pilar global**

| ScoreESG Global    | Coef. (p-valor)    |                    |                    |                    |                   |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
|                    | QL10               | QL25               | QL50               | QL75               | QL90              |
| IncentivosFiscais  | 6,976<br>(0,269)   | 2,436<br>(0,530)   | 5,414<br>(0,011)   | 8,399<br>(0,000)   | 10,869<br>(0,001) |
| CargaTributária    | -9,074<br>(0,753)  | -3,714<br>(0,535)  | -0,768<br>(0,904)  | -0,586<br>(0,951)  | -1,669<br>(0,870) |
| Tamanho            | 10,248<br>(0,000)  | 8,902<br>(0,000)   | 8,492<br>(0,000)   | 6,964<br>(0,000)   | 3,966<br>(0,009)  |
| PCTOneroso         | 5,986<br>(0,584)   | 7,364<br>(0,240)   | 1,594<br>(0,695)   | 5,359<br>(0,264)   | 4,396<br>(0,421)  |
| IntensidadePessoal | -2,026<br>(0,692)  | 1,153<br>(0,707)   | 2,215<br>(0,236)   | 3,601<br>(0,058)   | 7,319<br>(0,060)  |
| _cons              | -145,50<br>(0,000) | -110,57<br>(0,000) | -93,043<br>(0,000) | -61,010<br>(0,000) | -4,327<br>(0,872) |
| Pseudo R2          | 0,2196             | 0,2492             | 0,2461             | 0,1939             | 0,1495            |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Os resultados evidenciam que apenas as empresas com maiores pontuações no ScoreESG Global são afetadas pela variável IncentivosFiscais, a partir do quantil 50, adotando um nível de significância de 10%. Além disso, observa-se também a aceitação de outras variáveis, como Tamanho e IntensidadePessoal. Assim, conclui-se que os incentivos fiscais são

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

significantes para as empresas com melhores desempenhos na prática de ações de responsabilidade social corporativa, em direção à legitimação pela utilização desses benefícios.

#### 4.2 Análise da Variável ScoreESG Ambiental

A variável **ScoreESG Ambiental** apresenta o desempenho nas ações voltadas ao uso de recursos, controle de emissões e inovações sustentáveis. A tabela 6 apresenta os resultados do modelo regressivo, cujos testes F de Chow, Hausman e Breusch and Pagan LM apontaram que o modelo de efeitos aleatórios era o mais adequado. Devido ao problema de heterocedasticidade identificado, utilizou-se o modelo robusto.

**Tabela 6 – Regressão do modelo com o ScoreESG Ambiental como variável dependente**

| ScoreESG Ambiental   | Coefficiente | Erro padrão robusto | z     | p-valor (z) |
|--|--------------|---------------------|-------|-------------|
| IncentivosFiscais  | 5,5856       | 2,0118              | 2,78  | 0,005       |
| CargaTributária  | 1,0089       | 0,6848              | 1,47  | 0,141       |
| Tamanho  | 8,8197       | 1,4574              | 6,05  | 0,000       |
| PCTOneroso   | -1,6407      | 1,8262              | -0,90 | 0,369       |
| IntensidadePessoal   | 0,2028       | 0,8410              | 0,24  | 0,809       |
| _cons  | -102,86      | 23,909              | -4,30 | 0,000       |
| within = 0,0650    between = 0,3842    overall = 0,3578    Wald chi2 = 64,28    Prob>Chi2 = 0,0000 |              |                     |       |             |

FONTE: Elaboração própria (2022).

A um nível de significância de 5%, observa-se que as variáveis de **Incentivos Fiscais** e **Tamanho** são significativas, apresentando impactos positivos de 5,58 e 8,82 pontos na variável de ESG no pilar ambiental, respectivamente. Ademais, evidencia-se também uma maior variação entre as entidades em comparação com a variação das entidades no tempo, conforme se observa no *between* de 38,42%. Em seguida, na tabela 7, demonstra-se os resultados da técnica de *bootstrap*.

**Tabela 7 – Regressão quantílica por bootstrap no pilar ambiental**

| ScoreESG Ambiental | Coef. (p-valor)    |                    |                    |                    |                    |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                    | QL10               | QL25               | QL50               | QL75               | QL90               |
| IncentivosFiscais  | 3,853<br>(0,497)   | -0,659<br>(0,927)  | 9,969<br>(0,008)   | 6,369<br>(0,054)   | 10,366<br>(0,016)  |
| CargaTributária    | -20,204<br>(0,444) | -1,183<br>(0,937)  | 1,955<br>(0,810)   | 21,562<br>(0,241)  | -1,094<br>(0,961)  |
| Tamanho            | 11,844<br>(0,000)  | 14,685<br>(0,000)  | 11,367<br>(0,000)  | 10,056<br>(0,000)  | 8,063<br>(0,000)   |
| PCTOneroso         | 2,034<br>(0,900)   | 14,389<br>(0,134)  | 8,883<br>(0,217)   | 6,868<br>(0,303)   | 2,416<br>(0,633)   |
| IntensidadePessoal | 0,906<br>(0,849)   | 3,959<br>(0,361)   | 6,080<br>(0,004)   | 4,382<br>(0,427)   | -2,365<br>(0,836)  |
| _cons              | -181,09<br>(0,000) | -219,36<br>(0,000) | -152,17<br>(0,000) | -115,37<br>(0,000) | -65,319<br>(0,006) |
| Pseudo R2          | 0,2012             | 0,2752             | 0,2159             | 0,1700             | 0,1313             |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Assim como na dimensão global, percebe-se que a presença de incentivos fiscais se torna significativa quanto maior o *score*, além da variável de tamanho das entidades e os gastos com pessoal apenas no quantil 50. Dessa forma, os incentivos fiscais provocam o efeito da

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

legitimação apenas nas empresas que obtiveram os melhores desempenhos na medição das práticas de RSC.

### 4.3 Análise da Variável ScoreESG Social

A variável **ScoreESG Social** apresenta o desempenho nas ações voltadas aos trabalhadores, aos direitos humanos, à comunidade e à responsabilidade do produto. A partir da tabela 8, evidencia-se o resultado do modelo regressivo, cujos testes F de Chow, Hausman e Breusch and Pagan LM demonstraram que o modelo de efeitos aleatórios era o mais adequado. A fim de sanar o problema de heterocedasticidade identificado, utilizou-se o modelo robusto de regressão.

**Tabela 8 – Regressão do modelo com o ScoreESG Social como variável dependente**

| ScoreESG Social   | Coefficiente | Erro padrão robusto | z     | p-valor (z) |
|---|--------------|---------------------|-------|-------------|
| IncentivosFiscais   | -0,2893      | 3,0627              | -0,09 | 0,925       |
| CargaTributária   | 0,9800       | 0,6905              | 1,42  | 0,156       |
| Tamanho   | 10,2892      | 1,0628              | 9,68  | 0,000       |
| PCTOneroso  | 1,2740       | 1,5105              | 0,84  | 0,399       |
| IntensidadePessoal  | -1,2131      | 0,9760              | -1,24 | 0,214       |
| _cons   | -118,65      | 17,992              | -6,59 | 0,000       |
| <b>within = 0,0679    between = 0,4071    overall = 0,3579    Wald chi2 = 117,03    Prob&gt;Chi2 = 0,0000</b> |              |                     |       |             |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Partindo de um nível de significância de 1%, é possível concluir que apenas a variável **Tamanho** é significativa, com efeito de coeficiente positivo de 10,28 na variável de ESG no pilar social. Evidencia-se também uma maior variação entre as entidades em comparação com a variação das entidades no tempo, em consonância com o *between* de 40,71%. Já na tabela 9, estão dispostos os dados da regressão quantílica.

**Tabela 9 – Regressão quantílica por *bootstrap* no pilar social**

| ScoreESG Social    | Coef. (p-valor)    |                    |                    |                    |                   |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
|                    | QL10               | QL25               | QL50               | QL75               | QL90              |
| IncentivosFiscais  | 11,603<br>(0,102)  | 2,807<br>(0,452)   | 4,231<br>(0,204)   | 3,606<br>(0,152)   | 8,386<br>(0,049)  |
| CargaTributária    | 2,871<br>(0,857)   | 1,901<br>(0,700)   | 2,250<br>(0,732)   | 2,049<br>(0,841)   | 1,552<br>(0,922)  |
| Tamanho            | 8,333<br>(0,000)   | 10,926<br>(0,000)  | 10,421<br>(0,000)  | 8,818<br>(0,000)   | 3,082<br>(0,163)  |
| PCTOneroso         | 11,886<br>(0,090)  | 7,572<br>(0,151)   | -0,601<br>(0,921)  | 6,448<br>(0,103)   | 2,537<br>(0,772)  |
| IntensidadePessoal | -8,721<br>(0,043)  | -3,000<br>(0,162)  | 0,753<br>(0,598)   | 1,198<br>(0,665)   | 5,506<br>(0,338)  |
| _cons              | -121,97<br>(0,001) | -143,67<br>(0,000) | -122,28<br>(0,000) | -87,431<br>(0,000) | 20,074<br>(0,601) |
| Pseudo R2          | 0,2520             | 0,2463             | 0,2413             | 0,1924             | 0,1211            |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Observa-se que na dimensão social, os incentivos fiscais apenas exercem uma influência significativa no indicador de RSC para este pilar no quantil 90, admitindo um nível de significância de 5%. Ou seja, empresas com maiores pontuações são afetadas pela presença dos

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

benefícios, indo de encontro aos resultados das dimensões anteriores. Já o tamanho, nessa mesma seção, não é significante.

#### 4.4 Análise da Variável ScoreESG Governança

A variável **ScoreESG Governança** apresenta o desempenho nas ações voltadas à gestão, aos acionistas e às estratégias de responsabilidade sustentável empresarial. Na tabela 10, evidencia-se o resultado do modelo regressivo, cujos testes F de Chow, Hausman e Breusch and Pagan LM demonstraram que o modelo de efeitos fixos era o mais adequado. A fim de sanar o problema de heterocedasticidade identificado, utilizou-se o modelo robusto de regressão.

**Tabela 10 – Regressão do modelo com o ScoreESG Governança como variável dependente**

| ScoreESG Governança   | Coefficiente | Erro padrão robusto | t     | p-valor (t) |
|---|--------------|---------------------|-------|-------------|
| IncentivosFiscais   | -3,5638      | 1,8221              | -1,96 | 0,055       |
| CargaTributária   | -0,4834      | 1,2440              | -0,39 | 0,699       |
| Tamanho   | 9,8974       | 3,1006              | 3,19  | 0,002       |
| PCTOneroso  | -1,2212      | 1,1960              | -1,02 | 0,311       |
| IntensidadePessoal  | -2,0068      | 1,5504              | -1,29 | 0,200       |
| _cons   | -108,29      | 51,978              | -2,08 | 0,000       |
| <b>within = 0,1109    between = 0,0247    overall = 0,0280    F (5,64) = 3,55    Prob&gt;F = 0,0000</b> |              |                     |       |             |

FONTE: Elaboração própria (2022).

Admitindo um nível de significância de 10%, percebe-se que as variáveis **Incentivos Fiscais** e **Tamanho** são significativas. No entanto, enquanto o tamanho causa uma variação positiva de 9,90 no ScoreESG Governança, os incentivos fiscais causam um impacto negativo de -3,56, demonstrando que empresas que recebem incentivos têm um efeito negativo nas práticas de RSC no pilar de governança. Evidencia-se que a variação dos indivíduos no tempo é mais relevante que a variação entre os mesmos indivíduos.

A tabela 11 apresenta os resultados da regressão quantílica, utilizando a técnica de reamostragem *bootstrap*.

**Tabela 11 – Regressão quantílica por *bootstrap* no pilar governança**

| ScoreESG Governança | Coef. (p-valor)    |                    |                   |                   |                    |
|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
|                     | QL10               | QL25               | QL50              | QL75              | QL90               |
| IncentivosFiscais   | 5,259<br>(0,365)   | 12,956<br>(0,001)  | 15,403<br>(0,000) | 11,089<br>(0,004) | 8,668<br>(0,000)   |
| CargaTributária     | -24,619<br>(0,286) | -3,248<br>(0,761)  | -4,925<br>(0,366) | -7,863<br>(0,155) | -14,573<br>(0,010) |
| Tamanho             | 4,343<br>(0,068)   | 3,039<br>(0,028)   | 2,214<br>(0,022)  | -0,065<br>(0,948) | -1,532<br>(0,020)  |
| PCTOneroso          | 12,709<br>(0,118)  | 6,798<br>(0,136)   | 2,526<br>(0,514)  | 0,021<br>(0,997)  | -3,112<br>(0,548)  |
| IntensidadePessoal  | 4,937<br>(0,469)   | -0,581<br>(0,855)  | 0,610<br>(0,899)  | 5,727<br>(0,330)  | -1,075<br>(0,628)  |
| _cons               | -52,708<br>(0,177) | -17,832<br>(0,440) | 10,290<br>(0,524) | 63,029<br>(0,001) | 103,55<br>(0,000)  |
| Pseudo R2           | 0,0489             | 0,0930             | 0,0961            | 0,0487            | 0,0782             |

FONTE: Elaboração própria (2022).



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Os resultados evidenciam que, a partir do quantil 25, os incentivos fiscais já apresentam um efeito significativo sob a variável ScoreESG na dimensão da governança. Igualmente, depreende-se que empresas com desempenhos menores não sofrem o mesmo efeito da presença desses incentivos.

## 5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve o objetivo de investigar os efeitos da utilização de incentivos fiscais nas práticas de responsabilidade social corporativa, assumindo 4 dimensões de análise a partir dos indicadores de ESG global, ambiental, social e de governança. Em direção à literatura de que as entidades buscavam adotar a RSC como processo legitimador pelo uso de recursos da sociedade, esperava-se um efeito positivo dos incentivos fiscais.

Nesse sentido, os resultados evidenciaram que a variável de incentivos fiscais foi significativa estatisticamente nas análises do **ScoreESG Ambiental** e de **Governança**, admitindo um nível de significância de 5% e 10%, respectivamente. No entanto, ao tratar do pilar da governança, identificou-se um impacto negativo dos incentivos fiscais sobre as práticas socialmente responsáveis.

Assim, pode-se inferir que na dimensão ambiental, a presença dos incentivos fiscais causa uma variação positiva na medida de ESG, confirmando a hipótese de pesquisa, que implica que empresas que se beneficiam desses privilégios adotam melhores práticas destinadas a ações voltadas ao meio ambiente. Entre os pontos incluídos nessa variável, estão as questões relacionadas ao uso de recursos, emissões e inovações sustentáveis.

Em contrapartida, o ScoreESG de governança avalia pontos relacionados à gestão, aos acionistas e às estratégias de responsabilidade sustentável empresarial, sendo afetada negativamente pela presença de incentivos fiscais. Depreende-se, desse resultado, que a utilização de incentivos fiscais não faz com que se tenha a preocupação de adotar melhores práticas de ESG que se voltem para esse público alcançado pela governança, uma vez que esses usuários podem não figurar como verdadeiros legitimadores para a concessão de incentivos tributários.

Não obstante, optou-se pela realização de um modelo regressivo alternativo, utilizando regressão quantílica com *bootstrap*, revelando que apenas as empresas com os maiores indicadores de ESG em todas as dimensões, representando as práticas de RSC, sofrem o efeito da presença de incentivos fiscais. Assim, as empresas com os melhores desempenhos que recebem incentivos fiscais podem estar buscando, através da adoção dessas ações de responsabilidade social corporativa, um meio de legitimação pelo aproveitamento dos recursos.

De modo geral, admite-se a aceitação da hipótese de pesquisa, de que a utilização de incentivos fiscais está positivamente associada a melhores práticas de responsabilidade social corporativa nas organizações. Ainda, entre as variáveis de controle, apenas a variável **Tamanho** se apresentou significativa, em todas as perspectivas de análise, evidenciando que empresas maiores têm melhores práticas de RSC, em direção aos achados de Monteiro & Aibar-Guzmán (2010). Além disso, infere-se que sobre a presença dos outros atores pelas variáveis contábeis, apenas os gastos com pessoal foram significantes em relação ao ScoreESG global, demonstrando que empresas com maior intensidade de pessoal tinham um efeito negativo nas práticas de RSC.

Ademais, a pesquisa se limitou a investigar apenas as empresas que possuíam os dados de ESG para todos os períodos de análise, gerando 325 observações. Para investigações futuras, cabe aumentar as informações observadas, bem como incluir mais variáveis de controle, como

aspectos subjetivos da administração da entidade, com o intuito de aumentar a capacidade do teste em inferir esses efeitos sobre a responsabilidade social corporativa das organizações.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, B. dos S. de, & Bonetti, M. B. P. (2017). **Relação custo-benefício dos incentivos fiscais da Lei do Bem: um estudo baseado na Demonstração do Valor Adicionado de empresas incentivadas.** *Congresso Internacional de Administração*, 1–17. <http://www.admpg.com.br/2017/down.php?id=3016&q=1>
- Assunção, M. C. (2011). Incentivos Fiscais Em Tempos De Crise: Impactos Econômicos e Reflexos Financeiros. *Revista Da Procuradoria Geral Da Fazenda Nacional*, 99–121. <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/revista-pgfn/revista-pgfn/ano-i-numero-i/carneirocorr.pdf>
- Baraibar-Diez, E., & Sotorrío, L. L. (2018). O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20(1), 5–21. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i1.3600>
- Bertoncello, S. L. T., & Júnior, J. C. (2007). A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. *Facom*, 17, 70–76.
- Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: Senado Federal 426 (1988). <https://doi.org/10.4304/jcp.6.9.1903-1912>
- Carroll, A. B. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497–505. <https://doi.org/10.5465/amr.1979.4498296>
- Cavalcante, D. L. (2018). A (in)sustentabilidade do atual modelo de incentivos fiscais com fins ambientais. *IBET - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários*, 199–217. <https://www.ibet.com.br/a-insustentabilidade-do-atual-modelo-de-incentivos-fiscais-com-fins-ambientais-por-denise-lucena-cavalcante/>
- Davis, K. (1967). Understanding the social responsibility puzzle. *Business Horizons*, 10(4), 45–50. [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(67\)90007-9](https://doi.org/10.1016/0007-6813(67)90007-9)
- Efobi, U. R., Tanankem, V. B., & Beecroft, I. (2017). Incentives and firm productivity: Exploring multidimensional fiscal incentives in a developing country. *World Development Perspectives*, 5, 56–59. <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2017.03.001>
- Freguete, L. M., Nossa, V., & Funchal, B. (2015). Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro das empresas brasileiras na crise de 2008. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(2), 232–248. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151873>
- Holmes, T. J. (1995). Analyzing a Proposal to Ban State Tax Breaks to Businesses. *Quarterly Review*, 19(2). <https://doi.org/10.21034/qr.1922>
- Irigaray, H. A. R., Vergara, S. C., & Araujo, R. G. (2017). Responsabilidade Social Corporativa: O Que Revelam Os Relatórios Sociais Das Empresas. *Organizações & Sociedade*, 24(80), 73–88. <https://doi.org/10.1590/1984-9230804>
- Lacombe, A. L. M. (1969). Algumas considerações sobre os incentivos fiscais. *Revista de Administração de Empresas*, 9(4), 107–117. <https://doi.org/10.1590/s0034-75901969000400006>
- Lewis, S. (2003). Reputation and corporate responsibility. *Journal of Communication Management*, 7(4), 356–366. <https://doi.org/10.1108/13632540310807494>
- Mast, E. (2020). Race to the bottom? Local tax break competition and business location. *American Economic Journal: Applied Economics*, 12(1), 288–317. <https://doi.org/10.1257/app.20170511>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Monteiro, S. M. da S., & Aibar-Guzmán, B. (2010). Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(4), 185–204. <https://doi.org/10.1002/csr.197>
- Schroeder, J. T., & Schroeder, I. (2004). Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. *RAE Eletrônica*, 3(1). <https://doi.org/10.1590/s1676-56482004000100002>
- Soares, G. M. de P. (2004). Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?. *RAE Eletrônica*, 3(2). <https://doi.org/10.1590/s1676-56482004000200007>
- Thomson Reuters. (2017). **Thomson Reuter ESG Scores**. *Thomson Reuters Eikon, March*.